



Educação Cooperativista

Gabriel Murad Velloso Ferreira

Daniela Fonseca da Silva



Colégio Politécnico
UFSM

Santa Maria - RS
2015

Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

© Colégio Politécnico da UFSM

Este caderno foi elaborado pelo Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria para a Rede e-Tec Brasil.

Equipe de Elaboração
Colégio Politécnico da UFSM

Reitor
Paulo Afonso Burmann/UFSM

Diretor
Valmir Aita/Colégio Politécnico

Coordenação Geral da Rede e-Tec/UFSM
Paulo Roberto Colusso/CTISM

Coordenação de Curso
Vitor Kochhann Reisdorfer/Colégio Politécnico

Professor-autor
Gabriel Murad Velloso Ferreira/Colégio Politécnico
Daniela Fonseca da Silva/UFRGS

Equipe de Acompanhamento e Validação
Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM

Coordenação Institucional
Paulo Roberto Colusso/CTISM

Coordenação de Design
Erika Goellner/CTISM

Revisão Pedagógica
Elisiane Bortoluzzi Scrimini/CTISM
Jaqueline Müller/CTISM

Revisão Textual
Carlos Frederico Ruviano/CTISM

Revisão Técnica
Marta Von Ende/Colégio Politécnico

Ilustração
Erick Kraemer Colaço/CTISM
Marcel Santos Jacques/CTISM
Ricardo Antunes Machado/CTISM

Diagramação
Emanuelle Shaiane da Rosa/CTISM
Tagiane Mai/CTISM

Ficha catalográfica elaborada por Maristela Eckhardt – CRB 10/737
Biblioteca Central da UFSM

F383e Ferreira, Gabriel Murad Velloso
Educação cooperativista / Gabriel Murad Velloso Ferreira,
Daniela Fonseca da Silva. – Santa Maria : Universidade Federal
de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015.
65 p. : il. ; 28 cm
ISBN: 978-85-63573-92-6

1. Economia 2. Cooperativismo 3. Educação cooperativa
I. Silva, Daniela Fonseca da II. Título

CDU 334:37

Apresentação e-Tec Brasil

Prezado estudante,
Bem-vindo a Rede e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional de ensino, que por sua vez constitui uma das ações do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513/2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira propiciando caminho de o acesso mais rápido ao emprego.

É neste âmbito que as ações da Rede e-Tec Brasil promovem a parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e as instâncias promotoras de ensino técnico como os Institutos Federais, as Secretarias de Educação dos Estados, as Universidades, as Escolas e Colégios Tecnológicos e o Sistema S.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade, e promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

A Rede e-Tec Brasil leva diversos cursos técnicos a todas as regiões do país, incentivando os estudantes a concluir o ensino médio e realizar uma formação e atualização contínuas. Os cursos são ofertados pelas instituições de educação profissional e o atendimento ao estudante é realizado tanto nas sedes das instituições quanto em suas unidades remotas, os polos.

Os parceiros da Rede e-Tec Brasil acreditam em uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e educação técnica, – é capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!
Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Agosto de 2015

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: sempre que se desejar que os estudantes desenvolvam atividades empregando diferentes mídias: vídeos, filmes, jornais, ambiente AVEA e outras.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Sumário

Palavra do professor-autor	9
Apresentação da disciplina	11
Projeto instrucional	13
Aula 1 – O 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação	15
1.1 Considerações iniciais.....	15
1.2 Participação.....	21
Aula 2 – Concepções de educação	33
2.1 Tendências pedagógicas.....	33
2.2 Concepção bancária.....	34
2.3 Concepção dialógica.....	36
2.4 Teoria da ação dialógica.....	37
Aula 3 – Educação e a capacitação cooperativa	43
3.1 Importância e aplicação da educação cooperativa.....	43
Aula 4 – Organização da educação cooperativa e do quadro social	51
4.1 O SESCOOP.....	51
4.2 Organização do Quadro Social – OQS.....	56
Referências	63
Currículo do professor-autor	66



Palavra do professor-autor

Caro(a) aluno(a),

A educação cooperativa é um dos princípios mais relevantes do cooperativismo, pois é aquele que possibilita a compreensão dos demais princípios e permite que todos associados desenvolvam melhor as suas atividades cooperativas e também obtenham melhores resultados dos seus esforços. Historicamente, a educação se consolidou como o princípio de ouro do cooperativismo. Na atualidade, é fundamental que mantenhamos essa chama acesa, pois sem a educação o sistema cooperativo não tem condições de perpetuar seus valores, princípios e ideologia, o que compromete severamente a sobrevivência dessas organizações que primam pelo desenvolvimento econômico e social de seus sócios.

A educação cooperativa é um processo que não se encerra na associação, pelo contrário é uma ação que se desenrola ao longo do tempo e da participação do cooperado. A educação cooperativa agrega valores fundamentais à vida do sócio e proporciona o seu desenvolvimento integral, por isso, o papel do técnico em cooperativismo é fundamental na relação cooperativa-associado no sentido de contribuir na aproximação dessas duas esferas, estimulando a participação e alinhando os seus objetivos e esforços com a finalidade de obter os melhores resultados econômicos e sociais.

Professor Gabriel Murad Velloso Ferreira
Daniela Fonseca da Silva



Apresentação da disciplina

Prezado(a) aluno(a),

Esta disciplina está estruturada em quatro grandes tópicos. Cada aula abordará um deles. Na primeira aula apresentaremos o 5º princípio do cooperativismo (educação, formação e informação) e procuraremos demonstrar a importância da participação nas cooperativas, bem como o papel da educação cooperativa no fomento à participação.

Na segunda aula veremos as tendências pedagógicas propostas por Paulo Freire. Discutiremos a educação bancária e a educação dialógica. Esses conceitos são essenciais para que possamos nortear nossas ações enquanto técnicos que trabalham com educação cooperativa.

A terceira aula tem como temas principais a educação e capacitação cooperativa. Demonstraremos a diferença das duas bem como sua importância e relação de complementaridade.

Por fim, na quarta aula apresentaremos o SESCOOP, enquanto organização formal de educação cooperativa nacional e também discutiremos a organização do quadro social como uma alternativa para se viabilizar a educação cooperativa.

Bons estudos!



Projeto instrucional

Disciplina: Educação Cooperativista (carga horária: 60h).

Ementa: Compreender o 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação. Compreender as concepções bancária e libertadora da educação. Compreender a dialogicidade como a essência da educação libertadora. Compreender a diferença entre educação e capacitação cooperativa, bem como suas aplicações. Compreender o papel do SESCOOP no campo da educação cooperativa. Compreender a organização do quadro social como uma ferramenta de educação cooperativa.

AULA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	MATERIAIS	CARGA HORÁRIA (horas)
1. O 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação	Contextualizar a educação no sistema cooperativo destacando o 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação.	Ambiente virtual: plataforma Moodle. Apostila didática. Recursos de apoio: <i>links</i> , exercícios.	20
2. Concepções de educação	Evidenciar a importância da participação no processo educativo do cooperativismo.	Ambiente virtual: plataforma Moodle. Apostila didática. Recursos de apoio: <i>links</i> , exercícios.	10
3. Educação e capacitação cooperativa	Conceituar e contextualizar a educação cooperativa no cenário educacional e cooperativista.	Ambiente virtual: plataforma Moodle. Apostila didática. Recursos de apoio: <i>links</i> , exercícios.	10
4. Organização da educação cooperativa e do quadro social	Apresentar o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – integrante do Sistema Cooperativista Nacional e conceituar Organização do Quadro Social (OQS) e suas articulações.	Ambiente virtual: plataforma Moodle. Apostila didática. Recursos de apoio: <i>links</i> , exercícios.	20

Aula 1 – O 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação

Objetivos

Contextualizar a educação no sistema cooperativo destacando o 5º princípio do cooperativismo: educação, formação e informação.

Evidenciar a importância da participação no processo educativo do cooperativismo.

1.1 Considerações iniciais

A educação é o mais importante elemento de formação para o cidadão, principalmente ao considerar as possibilidades e oportunidades que pode proporcionar àqueles que a ela tem acesso. Da mesma forma ocorre com a educação cooperativa, que, através de suas práticas, pode proporcionar um melhor uso e conhecimento das atividades, procedimentos e investimentos que podem ser operados no sistema cooperativista.

O contexto cooperativo tem apresentado a sua preocupação em relação a pouca ou, até mesmo, inexpressiva participação do associado nas atividades de decisão e discussão das cooperativas. Essa condição reduz a gestão democrática – um dos princípios do cooperativismo – e denuncia uma educação cooperativa frágil ou inexistente. Por considerar a educação cooperativa como algo tão fundamental, o cooperativismo incluiu entre os seus princípios a educação, formação e informação.

Os Pioneiros de Rochdale, em 1844, ao criarem a primeira cooperativa de consumo formalmente reconhecida elaboraram os princípios cooperativistas que posteriormente foram consolidados em 1895 pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que até os nossos dias norteiam as ações de todo o sistema cooperativista. Desde a constituição da Cooperativa dos Probos Pioneiros ocorreu a definição de como a educação seria conduzida na cooperativa e, em 1849, inclusive, se definiu valores específicos que se destinaram à criação de uma biblioteca para o uso de seus cooperados e de seus familiares.

Além dos inúmeros livros disponíveis, a Cooperativa dos Probos também possuía jornais que eram disponibilizados aos seus cooperados e, ao considerarmos todo o cenário de baixa escolaridade que apresentava taxas de até 80 % de analfabetismo (SCHNEIDER; HENDGES, 2006) e a educação formal como algo praticamente inacessível àqueles que integravam as classes de trabalhadores e, portanto, as mais baixas, percebe-se que o trabalho educacional fomentado pelos Pioneiros de Rochdale foi uma iniciativa inovadora e essencial para o desenvolvimento econômico e social desses cooperados.

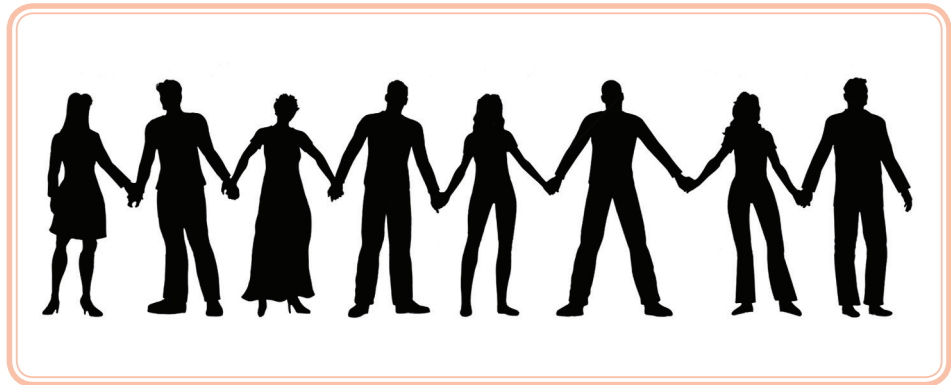


Figura 1.1: Cooperação

Fonte: CTISM

Em 1853, a Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale cria uma escola para crianças e destina 2,5 % das sobras da instituição para investimentos em educação, após 2 anos, também é criada uma sala de instrução mútua para aqueles que possuíam entre 14 e 40 anos. Com aproximadamente 20 anos de constituição, a biblioteca da cooperativa constava com mais de 6 mil volumes e também possuía 10 salas de leituras disponibilizadas aos seus cooperados.

A-Z

FATES

Lei nº 5.764/71

Art. 28

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5 % (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

...

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Atualmente, a legislação define a obrigatoriedade do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (**FATES**), que é o principal instrumento de promoção social dos associados, gestores e colaboradores através da educação e do aperfeiçoamento técnico das atividades desenvolvidas por cada integrante do sistema cooperativo. O FATES, conforme exige a legislação vigente, é composto de pelo mínimo de 5 % das sobras da cooperativa, porém, essa porcentagem pode ser ampliada conforme decisões da gestão de cada cooperativa e as ações educativas que essa desenvolve. O investimento em educação e educação cooperativa é tão relevante para o sistema cooperativo que possui definição e porcentagem estabelecida na lei em vigor.

Para a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o 5º princípio educação, formação e informação, conhecido como a “regra de ouro” do cooperativismo, é apresentado da seguinte forma:

Quadro 1.1: Princípio da educação, formação e informação	
ACI	OCB
5. Educação, Formação e Informação Cooperativas proporcionam educação e formação para seus membros, representantes eleitos, gestores e funcionários, então eles podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Eles informam ao público em geral – particularmente jovens e formadores de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.	5º - Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Fonte: Autores, adaptado de International Co-operative Alliance, 2014

Podemos dizer que a OCB apresenta uma tradução literal da descrição apresentada no *site* da ACI, o que demonstra o alinhamento entre essas instituições. Para esses órgãos, o princípio educação, formação e informação abrange a educação formal de associados, colaboradores e gestores bem como a família dos associados. Além de compreender todos os aspectos educacionais que se desenvolvem no ambiente das cooperativas e, não apenas ao que se refere diretamente ao cooperativismo, sua história, suas particularidades e sua doutrina.

O princípio educação, formação e informação, além de se constituir como princípio, é o que viabiliza a consolidação dos demais princípios instituídos pelo cooperativismo mundial, ou seja, o processo de educação cooperativa é que respalda o interesse em integrar a cooperativa (adesão voluntária), a participação na direção e gestão das atividades (gestão democrática), a compreensão da importância do investimento econômico (participação econômica), o entendimento de que a cooperativa não possui vínculo ou interferência estatal ou governamental (autonomia e independência), a consciência de operar em conjunto com outras cooperativas (intercooperação) e, principalmente, de beneficiar o ambiente em que atua (interesse pela comunidade).

O 5º princípio articula os demais princípios que estão discriminados no endereço eletrônico <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>, *site* da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Quadro 1.2: Princípios do cooperativismo

1º – Adesão voluntária e livre	2º – Gestão democrática
As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.
3º – Participação econômica dos membros	4º – Autonomia e independência
Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: – desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; – benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e – apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.	As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
5º – Educação, formação e informação	
As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.	
6º – Intercooperação	7º – Interesse pela comunidade
As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>

A-Z

agentes participantes

Associados, dirigentes, gestores, comunidade em geral.

A educação, formação e informação permite a troca de informações e experiências que se desenvolvem no sistema cooperativista, essas relações proporcionam a melhoria e o fortalecimento de todo o cooperativismo. Tanto a formação – profissional e pessoal – quanto a informação são realizadas através da educação. Portanto, é fundamental que os **agentes participantes** tenham a compreensão adequada dos seus papéis no processo de educação, bem como do que realmente compreende a educação cooperativa e do quanto é primordial valorizar os indivíduos com suas particularidades e suas experiências pessoais.

A consciência e a compreensão do que representa o cooperativismo e a sua cultura são elementos que não têm sido abordados no sistema tradicional de ensino, o que limita a formação profissional e também a compreensão de mundo dos indivíduos. Essa condição tem gerado um esforço adicional

das cooperativas ao buscar um padrão de profissionalização que beneficie a cooperação. Para isso, as cooperativas precisam investir fortemente na formação dos seus colaboradores, já que muitas vezes não estão preparados para a cooperação e desconhecem a cultura do sistema cooperativista.

O modelo educacional em geral enfatiza a superação e a competição, deixando em segundo plano a cooperação e solidariedade, o que forma profissionais bastante focados no crescimento unilateral. Essa condição generalizada faz com que caiba ao sistema cooperativista suprir aos seus colaboradores uma formação adequada que corrija distorções e alinhe os ideais da cooperativa com o trabalho prestado pelos seus colaboradores.

Porém, as ações de educação podem ser barradas no quesito financeiro, já que as cooperativas teriam por ideal a ausência de sobras, ou seja, no sistema cooperativo o equilíbrio ocorre quando todo valor resultante é investido em benefícios para os associados, porém, caso não obtenha sobras, não haverá recursos para a reserva do FATES.

A intercooperação pode ser uma aliada e ajudar a reduzir as limitações de investimento em educação cooperativa. Cooperativas que possuem um quadro social comum podem estabelecer relações que resultem em crescimento e desenvolvimento de seus associados. Cooperativas de crédito, de estudantes, de trabalho, por exemplo, podem realizar ações em conjunto o que reduz o investimento de uma cooperativa isoladamente além de aproximar associados e poder gerar novas possibilidades de associação.

Algumas cooperativas investem efetivamente nesse processo, como por exemplo a Sicredi Pioneira que no seu informativo de 06 de março de 2011 apresentou as seguintes informações:

Seja dono desta força!

Associado: participe ativamente como dono da sua Cooperativa de Crédito – utilize os produtos e serviços do Sicredi e indique seus amigos e familiares a se associar!

Conheça melhor alguns diferenciais competitivos do Sicredi:

Relacionamento: no Sicredi, o associado é o dono do negócio. Por isso as cooperativas buscam o envolvimento dos associados e participam ativamente da comunidade onde estão inseridas.

Instituição financeira da comunidade: as cooperativas de crédito retêm os recursos financeiros na sua área de atuação, em benefício dos associados e da comunidade.

Ato cooperativo: decorrente das relações entre o associado e a cooperativa, gera alto grau de competitividade. Por ser o associado dono e usuário do negócio, o ato cooperativo se diferencia das relações entre fornecedor e consumidor, com benefícios reconhecidos em lei.

Modelo agregador de renda: em função da natureza cooperativa, da organização em sistema e da forma como atuam no mercado, as cooperativas de crédito integrantes do Sicredi agregam renda aos seus associados e, indiretamente, à comunidade.

Autonomia das cooperativas: um considerável grau de autonomia no âmbito local e regional.

Organização sistêmica: as cooperativas de crédito integrantes do Sicredi possuem uma marca corporativa forte e contam com empresas especializadas e ganhos de escala em todos os níveis, que determinam o crescimento sustentado e a sua continuidade.

Responsabilidade solidária: como integrantes do Sistema, as cooperativas de crédito diminuem seus riscos e se fortalecem, contando com instrumentos que oferecem segurança e confiabilidade aos associados e à comunidade.

Cooperativa de crédito	X	Banco
• O principal é a pessoa		• O principal é o capital
• O controle é democrático		• O controle é financeiro
• Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações		• Os resultados retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações
• Defende preços justos		• Defende o maior preço possível
• O compromisso é educativo, social e econômico		• O compromisso é econômico

A Lei 5.764/71 diz claramente que somos proibidos de utilizar a expressão “banco”.

Figura 1.2: Seja dono dessa força

Fonte: CTISM, adaptado de Sicredi Pioneira, 2011

Esse é apenas um dos inúmeros exemplos de articulações que constituem a educação cooperativa que nada mais é que a iniciativa de esclarecer, ensinar, explicar e elucidar os vários prismas de uma cooperativa e, assim, conquistar um maior envolvimento de seus cooperados.



Para saber mais sobre UNIMED, acesse:

http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=58672&cd_secao=58762

A UNIMED é outra cooperativa que realiza ações formais de educação cooperativa, entre elas cursos de educação a distância.

A regra de ouro do cooperativismo por sua vez é constituída com base em três elementos, a educação, a formação e a informação. Embora, sejam três elementos distintos, esses articulam-se entre si e compõe um dos princípios cooperativistas.

A educação é o item amplo que abrange todas as esferas educativas, formais e informais, interna e externa, direcionada a comunidade cooperativa em geral, ou seja, associados, dirigentes/gestores, colaboradores e comunidade. A informação, por sua vez, tem o caráter de divulgar os dados do sistema cooperativista e das cooperativas para todos aqueles que tenham interesse.

Já a formação possui um caráter mais específico, concentra as suas atividades no âmbito empresarial da cooperativa e vai ser específico conforme o ramo da cooperativa, caso se trate de uma cooperativa agropecuária, evidenciará a formação técnica de agrônomos e médicos veterinários enquanto que uma cooperativa de crédito terá investimentos e formação na área jurídica e fiscal de seus colaboradores. Os cooperados também podem receber qualificação técnica, no caso das agropecuárias, estas podem oferecer cursos relacionados ao processo produtivo e as de crédito podem trabalhar com a educação financeira de seus sócios, por exemplo.

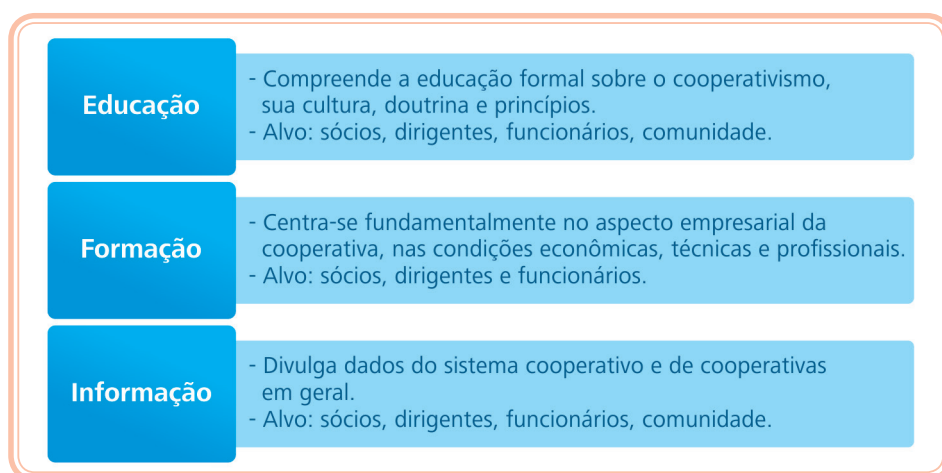


Figura 1.3: Educação, formação e informação

Fonte: CTISM, adaptado dos autores

Vale lembrar que em todo momento as ações de educação cooperativa são realizadas para desenvolver o sistema cooperativista, trazer bem-estar dos sócios, funcionários e familiares e ampliar a cultura do cooperativismo.

1.2 Participação

A Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 no Artigo 4º define cooperativa como:

“Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]” (BRASIL, 1971).

Dessa forma, a cooperativa essencialmente é constituída por pessoas e existe para trazer benefícios para as pessoas, portanto, a participação dessas é essencial para toda e qualquer cooperativa.

Ao longo dos anos, algumas cooperativas tiveram sua constituição fomentada por órgãos públicos que percebiam ser esse um viés válido para a realização de atividades social e economicamente benéficas a determinadas comunidades. Como, por exemplo, o incentivo na organização de agricultores familiares que trabalham com produção agrícola relativamente pequenas mas que podem fornecer produtos de qualidade para a merenda escolar das localidades em que vivem.



Figura 1.4: Mãos dadas

Fonte: CTISM

Essa é uma das maneiras em que se deixa de praticar o assistencialismo, empodera-se os agricultores que passam a ser os protagonistas das suas atividades de produção. É claro que existem ressalvas na forma de intervenção, pelo Estado ou qualquer outra organização, para o fomento de cooperativas. Já discutimos na disciplina de Constituição e Desenvolvimento de Cooperativas que a intervenção participativa é fundamental para que as pessoas se tornem sujeitos ativos e conscientes da sua realidade.

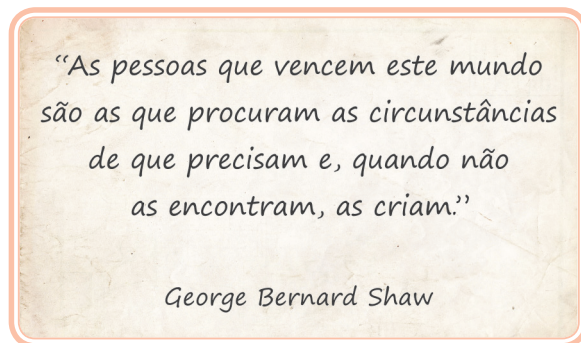


Figura 1.5: As pessoas que vencem

Fonte: CTISM, adaptado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_52/pensadores.htm

Nas cooperativas, a participação coletiva deve ser estimulada progressivamente. A participação envolve a ideia básica da participação financeira, através da venda e entrega de produtos, da utilização de assistências técnicas e serviços prestados pela cooperativa, mas queremos chamar a atenção para um aspecto mais amplo da participação, que diz respeito ao envolvimento direto e sistemático no processo de tomada de decisão e na fiscalização da cooperativa, isto chamamos do aspecto social da participação. A participação deve alcançar o aspecto social, que é mais lento, porém traz resultados duradouros e coletivos, ou seja, que beneficiam os cooperados.

Às cooperativas cabe o papel de educar e capacitar os associados para a participação, seja através de palestras, reuniões, informativos, programas de rádio, *sites* e demais veículos que tenham disponibilidade. Essas ações são fundamentais ao pensarmos que pesquisas apontam que cooperados deixam de participar por considerar que sua palavra/opinião não tem valor. A cooperativa precisa deixar claro que a participação de todos é extremamente importante. O cooperativismo está centrado na autogestão, a qual por si só demanda uma participação efetiva de seus membros.

Ao pensarmos em participação, também precisamos considerar as distintas variações de ramos e de cooperativas que existem. Inicialmente, é algo simples pensarmos em uma assembleia geral de uma unidade da UNIMED, por exemplo, em que um médico associado pede para opinar conforme a pauta apresentada. Porém, a perspectiva torna-se outra ao pensarmos em uma cooperativa de mulheres catadoras e recicladoras que se organizaram por orientação de uma Organização Não Governamental (ONG) ou algum setor público e, que passam a decidir e gerir uma cooperativa. A participação traz consigo algo transformador, libertador e emancipador, uma vez que coloca o cooperado como agente ativo do processo, capaz de desenvolver o senso crítico acerca da realidade e de contribuir para modificá-la efetivamente.

A pluralidade do sistema cooperativista nos leva a refletir nos inúmeros benefícios que a participação provoca, já que essa ocorre na esfera econômica, social e política, mas também atinge as decisões da cooperativa. Dentre os benefícios promovidos pela participação efetiva estão:

- Empoderamento.
- Autoconhecimento.
- Valorização pessoal.
- Consciência coletiva.
- Tolerância.



Figura 1.6: União

Fonte: CTISM

1.2.1 O que é empoderamento?

É um termo bem mais conhecido pela sua forma em inglês, *empowerment*. O termo compreende ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos participantes de espaços de decisões e de consciência social dos direitos sociais.

Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e a superação de uma realidade em que se encontra. Através de ações de empoderamento se alcança uma emancipação individual e uma consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política.

O empoderamento devolve poder e dignidade aos que buscam níveis dignos de cidadania, liberdade de expressão e decisão, além de controlar seu próprio

destino com responsabilidade e respeito ao outro. No aspecto cooperativista, a capacitação é elemento que gera empoderamento ao associado. (FERREIRA; PRESNO AMODEO, 2008).

O espaço socializado da cooperativa o qual é compartilhado pelos associados, permite o exercício da cidadania e também uma busca por objetivos comuns e, nessa troca de experiências, os indivíduos constituem-se em seres mais conscientes de si e do ambiente em que atuam, o que proporciona autonomia, sendo essa uma “autonomia subjetiva do indivíduo” que, segundo Honneth (2003, p.158) “aumenta também com cada etapa de respeito recíproco”.

1.2.2 O que é autoconhecimento?

O autoconhecimento, segundo a psicologia, significa o conhecimento de um indivíduo sobre si mesmo. A prática de se conhecer melhor faz com que uma pessoa tenha controle sobre suas emoções, independente de serem positivas ou não. Tal controle emocional provocado pelo autoconhecimento pode evitar sentimentos de baixa autoestima, inquietude, frustração, ansiedade, instabilidade emocional e outros, atuando como importante exercício de bem-estar e ocasionando resoluções produtivas e conscientes acerca de seus variados problemas. (CABRAL, 2015).

Essa citação expressa muito bem o quanto o autoconhecimento influencia nos diversos papéis desempenhado pelos indivíduos.

No ambiente cooperativo, as cooperativas devem proporcionar espaços que sirvam para solidificar a identidade de seus associados e, também, estabelecer a confiança destes e conduzi-los a praticar valores coletivos.

1.2.3 O que é a valorização pessoal?

A valorização pessoal deixou de ser vinculada aos benefícios financeiros e demais incentivos, como premiações e bonificações, proporcionados pela empresa e/ou instituição.



Figura 1.7: Valorização pessoal

Fonte: CTISM

A administração passou a considerar o efetivo humano, suas habilidades e capacidades que cooperam para o desenvolvimento da organização e permitem um melhor desempenho das atividades individuais e coletivas.

As organizações também precisam ficar atentas à valorização do ser humano, considerando não apenas o lado material, mas também as relações interpessoais e como o profissional se sente diante do papel que exerce diante do negócio. (BISPO, 2006).

Embora a afirmação acima tenha relação com o papel dos colaboradores, é relevante também considerar os múltiplos papéis que o associado desempenha, ora é dono, ora é investidor, ora é usuário e, deve ser valorizado em todas essas esferas, principalmente no aspecto usuário em que se considera especificamente as condições e necessidades do associado.

O incentivo a maior participação dos sócios funciona como um mecanismo de valorização pessoal. À medida que o cooperado participa mais ativamente das atividades da cooperativa, quer seja na relação econômica, quer no social ou no processo decisório, estará valorizando essa relação a partir da distribuição proporcional dos resultados e do poder de voz e, sobretudo, no voto nas decisões.

1.2.4 O que é a consciência coletiva?

O sociólogo francês, Émile Durkheim definiu consciência coletiva como a força coletiva exercida sobre um indivíduo, que faz com que este aja e viva de acordo com as normas da sociedade na qual está inserido.

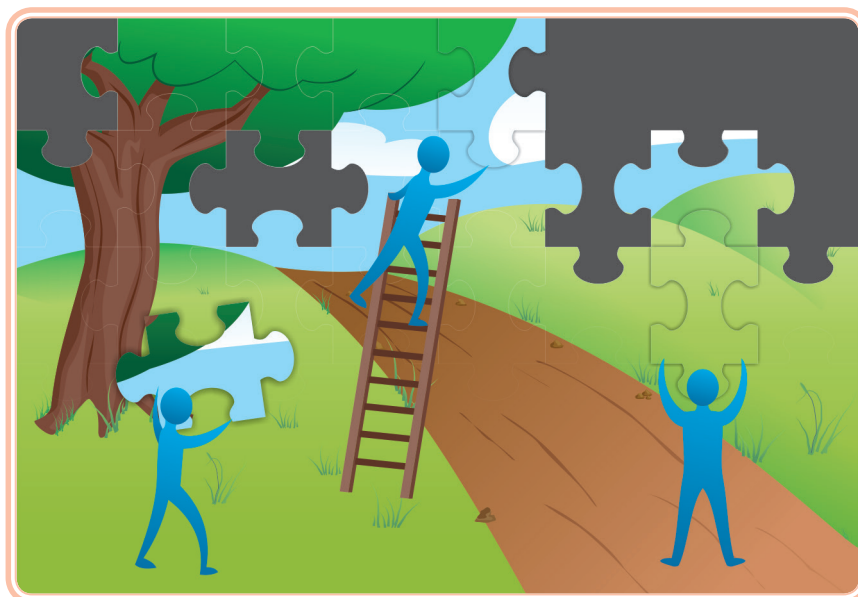


Figura 1.8: Voluntário

Fonte: CTISM

Essa consciência é formada de representações que ultrapassam a esfera individual, por sua superioridade e atua sobre as consciências individuais. A consciência coletiva é resultado de pequenas contribuições individuais, que juntas, formam o todo, não sendo fruto de teorias, mas de fatos sociais reais.

A consciência de si e a compreensão do outro propicia uma formação mais humanitária e, conseqüentemente, mais ampla e coletiva. O indivíduo deixa de considerar somente a si próprio e passa a considerar as particularidades dos outros como tão relevantes quanto as suas peculiaridades.

Para Durkheim, a consciência coletiva é o conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média da população de uma determinada sociedade, formando um sistema com vida própria, que exerce uma **força coercitiva** sobre seus membros. (MACHADO, 2015).

As práticas já existentes, mesmo externas ao indivíduo, exercem influência sobre seu comportamento e crenças e o controlam pela pressão moral e psicológica, ditando a maneira como a sociedade espera que se comporte.

Embora o ambiente social seja individualista, em especial quanto ao sucesso particular, o ser humano possui a necessidade de viver em grupos, ou seja, apesar do sucesso ter caráter individualizado, esse se consolida no compartilhar com os demais. Esses grupos possuem hábitos, costumes e interesses comuns, o que pode conduzir os indivíduos a união para alcançar objetivos comuns que teriam obstáculos para conquistar individualmente.

A-Z

força coercitiva

Esforço e ação que obriga na realização de algo.

A CESMA, Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria, é um exemplo de cooperativa que teve sua formação em 1978 pela necessidade de adquirir livros e materiais didáticos, já que, isoladamente, os então acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) não teriam condições de comprá-los.



Para saber mais sobre
CESMA, acesse:
<http://www.cesma.com.br/>

Os associados que participaram da constituição da cooperativa sabiam que suas ações teriam uma repercussão coletiva em que não seriam isoladamente beneficiados. Atualmente, o acesso e a aquisição de livros técnicos e mais específicos são facilitados pela amplitude de atividades das editoras e livrarias, principalmente no ambiente virtual. Porém, no período de criação da CESMA, a situação era bastante restrita, o que evidencia o papel fundamental da mesma para seus associados e toda comunidade que a circunda.

1.2.5 O que é tolerância?

Diferente do que se pensa, a tolerância não é um sentimento passivo, pelo contrário se constituiu como uma reação contra a intolerância.

Na verdade, a “tolerância” surgiu historicamente como uma “luta contra a intolerância”, e, como as lutas contra as discriminações que vieram depois – o movimento negro, o movimento feminista, etc. – têm uma atitude clara de **militância**, não é uma atitude primeira. É antes uma reação contra uma situação dada: contra a intolerância nascida do **etnocentrismo**, da rejeição do outro. A tolerância é uma negação da negação, suscitada pela indignação frente à intolerância; é a defesa de um direito humano dos mais sagrados: o direito a diferença. (MENESES, s.d.).

A-Z

militância

Ação de combater, lutar, militar por um ideal.

etnocentrismo

Visão de quem centra-se em uma nacionalidade ou grupo étnico.

A tolerância é um dos fatores que possibilita compreender a condição da intolerância, ou seja, verificar possibilidades de superar opressões e situações de desigualdades com o objetivo de crescimento e desenvolvimento daqueles que têm sido subjugados.

Todos os resultados obtidos em atividades de participação que envolvam um grupo de pessoas geram um processo de melhoria ao ambiente em que esses atuam e também gera reflexos nos demais ambientes ocupados e vivenciados pelos indivíduos. Inúmeros seriam os exemplos que poderíamos apresentar, como a mulher que atua em uma cooperativa e torna-se mais participativa e motivadora como esposa, companheira, mãe, filha, aluna, ou seja, em todos os papéis que desenvolve terão reflexos positivos da sua inclusão em qualquer atividade que articule uma participação efetiva.

Nesse contexto, programas de educação cooperativa exercem um papel fundamental. Esses programas envolvem os associados, seus familiares e comunidade em geral com práticas cooperativas que resultam no maior entendimento do sistema cooperativista, na valorização da participação e que, como consequência, contribuem para a emancipação e o empoderamento das pessoas. São atividades diversas, que podem ser encabeçadas pelas próprias cooperativas, ou por entidades como OCB e UNICAFES (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária) ou por órgãos governamentais. De forma geral, os programas de educação cooperativa ensinam desde questões técnicas e específicas a alguma atividade produtiva, até conteúdos sobre o cooperativismo, solidariedade cidadania, coletividade, empreendedorismo, dentre outros. Tudo aquilo que for considerado necessário e importante para os cooperados pode ser pauta de educação cooperativa. Estas ações contribuem para um envolvimento efetivo no cooperativismo.

Esses programas geram espaços de discussões que possibilitam articular iniciativas entre grupos que possuam ou características ou atividades comuns que, ao atuarem conjuntamente, podem proporcionar melhores resultados a todos. Vemos isso nas cooperativas que possuem programas voltados as crianças em idade escolar ou para grupos de mulheres, como por exemplo, atividade realizada pela COAMO.

Os resultados desses programas de educação cooperativa apresentam resultados positivos e duradouros, já que são incorporados à cultura da localidade, das famílias e da cooperativa. Portanto, é importante que os programas de educação cooperativa possuam um planejamento que compreenda momentos de discussão e que também sejam periodicamente autoavaliativos ao longo do seu desenvolvimento para que não se distanciem dos objetivos iniciais já anteriormente estabelecidos.

Podemos dizer que a educação cooperativa atua em todos os níveis do indivíduo, afeta a sua visão de mundo e amplia os seus conhecimentos e visão. A educação cooperativa reflete em autoestima positiva, motivação, envolvimento, fidelidade, participação e **reciprocidade** entre associado e cooperativa. Embora não possa ser mensurada quantitativamente em primeira instância, seus resultados serão percebidos em médio e longo prazo e, certamente, transformarão o pensar e o agir daqueles que por ela foram alcançados. Para aprofundarmos no conhecimento do tema, na próxima aula veremos as tendências pedagógicas discutidas por Paulo Freire. Certamente, Freire tem muito a nos ensinar sobre como encarar a educação cooperativa e nos ajudará a pensar nas formas que trabalharemos a educação cooperativa na prática.



Para saber mais sobre COAMO, acesse: http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/out12/digital/familia_coop.html



reciprocidade
Aquilo que é mútuo, retorno entre duas ou mais pessoas.

Resumo

Nessa aula, apresentamos o 5º princípio do cooperativismo – educação, formação e informação – desde sua origem com os Pioneiros de Rochdale, sua consolidação pela ACI e seus desdobramentos no cooperativismo brasileiro. Também esclarecemos as particularidades de cada item educação, formação e informação.

A participação, por sua vez, foi abordada ao considerarmos a sua relevância para o estabelecimento da educação cooperativa e para o desenvolvimento integral dos indivíduos. A participação coletiva consciente conduz a práticas coletivas que produzem benefícios a todos os envolvidos.



Atividades de aprendizagem

1. Conforme o 5º princípio do cooperativismo, marque V para verdadeiro e F para falso:

A-Z

doutrina do cooperativismo

Teve suas bases traçadas no início do século XIX, resultou de um conjunto de reações para atenuar ou diminuir os desequilíbrios econômicos e sociais resultantes do liberalismo econômico. Fundamenta-se na correção do social por meio do econômico. Utiliza-se a empresa (cooperativa) para melhorar as condições econômicas e sociais dos cooperados. Por isto, as cooperativas não visam lucro e sim a prestação de serviços aos associados. A doutrina refere-se ao conjunto de valores e princípios do cooperativismo.

() Divulga a história e a **doutrina do cooperativismo**.

() Enfatiza somente aspectos econômicos das cooperativas.

() Tem como público alvo somente cooperados.

() Pretende incentivar novas lideranças.

() Ensina sobre sistemas de cooperação.

2. Assinale os elementos que resultam da participação:

() Individualismo.

() Valorização pessoal.

() Empoderamento.

() Relações profissionais restritas.

() Auxílio mútuo.

() Preconceito.

- () Consciência coletiva.
- () Enriquecimento ilícito.
- () Autoconhecimento.
- () Resultado limitado.
- () Tolerância.
- () Relacionamento limitado.

Aula 2 – Concepções de educação

Objetivos

Esclarecer as diferenças entre as concepções bancária e dialógica apresentadas por Paulo Freire.

2.1 Tendências pedagógicas

Ao longo dos anos, várias são as concepções e os conceitos de educação que nortearam as ações educativas. Cada um de nós se familiariza, concorda, aceita aquela que melhor se vincula com o nosso histórico pessoal e até mesmo ao modelo de educação que vivenciamos nas escolas pelas quais transitamos durante nossa formação.

Alguns pensadores mais tradicionais ainda estão vinculados ao que Paulo Freire chama de “educação bancária”, aquela em que o professor detém o conhecimento enquanto seu aluno está vazio de saber. Nesse panorama, cabe ao professor o papel de ‘transmitir’ o saber e, o aluno, posteriormente, de reproduzi-lo.

A forma de se expressar de Paulo Freire nos confronta e nos conduz ao seu ideal de educação, aquela em que o educando é participante na construção do conhecimento com o acompanhamento do seu educador, ou seja, ocorre uma troca entre esses que aprendem e ensinam ao mesmo tempo.

Ao considerarmos que a educação é um processo contínuo e que compreende uma reflexão sobre as práticas que são desenvolvidas, pode-se pensar em um processo que ultrapassa aquele em que alguém detém o conhecimento e o transmite ao que é desprovido deste.



Figura 2.1: Frase sobre educação de Mafalda

Fonte: <https://encrypted-tbn1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQNpPDMRUStH6kK8F0hngxvJuU17QrY-830qQhD793PZEdWcjARqQ>

2.2 Concepção bancária

A “educação bancária” é configurada pela situação em que as salas de aula são conduzidas por um professor adepto de uma concepção tradicional de educar, um professor que considera que o conhecimento que possui ou a que tem acesso deve ser transmitido para seus alunos, os quais, por sua vez, devem ser capazes de reproduzir esses conhecimentos tanto nas atividades como nas avaliações.

Nesse contexto, alunos não são incentivados a participar do processo educativo ou a acrescentar as suas experiências e vivências ao aprendizado, o contexto familiar e cultural é negligenciado e, muitas vezes, até mesmo menosprezado em virtude de uma cultura considerada “superior”. A reflexão não é estimulada e a inovação e a criatividade não são incentivadas ou reconhecidas, pelo contrário, em muitos casos são vistas como subversão ao sistema educacional vigente.

Infelizmente, essa postura servil por parte dos professores em relação a um sistema injusto e desigual é facilmente encontrada até hoje em nossas escolas. Em muitos outros ambientes, também se percebe que ainda é reproduzido esse padrão vivenciado durante anos nas salas de aula tradicionais, um contexto opressor e limitante.

O professor com inúmeras limitações para desenvolver as suas atividades, muitas vezes não percebe o papel fundamental que exerce sobre a formação

de tantos cidadãos e, reproduz o pensamento tradicional aos seus alunos. Dessa forma, não proporciona espaço para a reflexão que critica esse contexto em que atuam e que se apresenta como consolidado e imutável. Ao invés de fomentar uma postura reflexiva e participativa, o professor reproduz um modelo repetitivo e mecânico meramente reprodutor de enunciados.



Figura 2.2: Tempos modernos

Fonte: <http://educacaoemrevista.files.wordpress.com/2012/12/charge-chaplim.jpg?w=540&h=362>

Na educação cooperativa, por sua vez, a educação deve ser vista como algo libertador e, mesmo que as cooperativas sejam responsáveis pelos espaços de comunicação com seus associados, essas não são detentoras de todo o conhecimento cooperativo ou da educação cooperativa, mas sim, devem operar como mediadoras dessas intercomunicações.

É através da educação cooperativa que se deve dissociar da reprodução de ações e incentivar a inovação e as ideias que tragam benefícios a todos e diminuam as desigualdades. Nesse contexto, o papel do técnico em cooperativismo ganha uma responsabilidade e um desafio. Ele será o agente de articulação entre a cooperativa e os associados, ele apresentará os objetivos da cooperativa, suas estratégias, necessidades, limitações, bem como reconhecerá todos esses mesmos elementos da parte dos associados. Muitas vezes o associado não apresenta à gestão da cooperativa as suas opiniões, necessidades e reflexões. Cabe ao técnico desvincular-se de um modelo bancário de ensino e iniciar uma educação participativa e dialógica com os associados, ele deve “despertar o interesse” em participar e estimular o diálogo com associados e entre eles. (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

2.3 Concepção dialógica

Em oposição ao pensar bancário da educação, Paulo Freire propõe que a educação seja pensada em forma dialógica, que considere o saber do educando e que esse seja motivado a participar do processo educacional. Essa participação é mediada pela comunicação que esclarece os objetivos buscados e aproxima as realidades, permitindo uma consciência do ser, estar e agir no mundo.

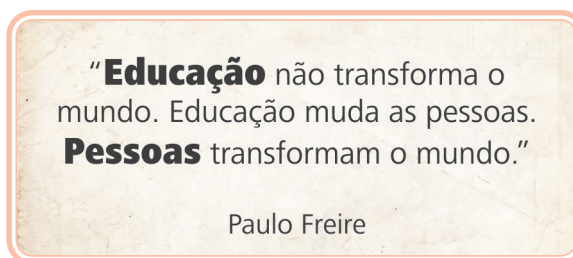


Figura 2.3: Educação para Paulo Freire

Fonte: CTISM, adaptado de <http://www.portalmetropole.com/2015/05/brasil-completa-18-anos-sem-paulo.html>

A valorização das experiências individuais e da cultura local, a consciência e a compreensão das necessidades e limitações enfrentadas pelos educandos traz humanidade à prática do ensinar. E, assim o processo ensino-aprendizagem se aproxima da essência do sistema cooperativista que se associa ao pensamento de auxílio mútuo, pensamento esse em que os indivíduos passam a atuar em coletivo sempre com o objetivo de alcançarem os seus propósitos e obterem desenvolvimento integral.

O pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes impostos. Daí que não possa ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos de uma realidade. (FREIRE, 2005, p. 74).

O espaço educativo passa a ser um local de reconhecimento e pluralidade, local esse em que os participantes percebem as realidades que os rodeiam, que os constituem como cidadãos e formam seu papel no contexto em que se encontram, além de permitir que se percebam as diferenças e particularidades dos demais que com eles constituem o grupo em que estão alocados. Esse ambiente no qual o sucesso e o desenvolvimento não devem ser unitários, individuais, mas sim coletivos, em que se tem o desejo de que todos cresçam em qualidade de vida e bem-estar.

Portanto, estabelece-se um local de luta para conquistar e usufruir de direitos já definidos, um ambiente de reflexão sobre práticas que consolidem benefícios a todos, sendo direitos e benefícios aos quais já se tem deliberação, mas, que por circunstâncias adversas, lhe foram negados ou estão inacessíveis e que ampliam as desigualdades. Ou seja, a luta se dá sempre em face de uma distribuição desigual de capital, seja ele cultural, econômico, social e simbólico.

Essa prática de reflexão pode ser percebida na proposta de educação dialógica observada no contexto da Cooperativa-Escola Bom Pastor que, coordenada pelo professor Everaldo Marini, busca desenvolver aprendizagens do cooperativismo que são mecanismos de educação e promoção do diálogo que **balizam** o saber e o fazer pedagógico com base em princípios da cooperação. O professor orientador apoia a construção cotidiana da cooperativa escolar, em especial nas atividades de redação de atas de reuniões e assembleias, uso do livro caixa, condução de reunião e, bem como definição de pautas e demais demandas, sempre objetivando o exercício da cidadania responsável e consciente dos seus direitos e deveres.

2.4 Teoria da ação dialógica

O processo de diálogos constituem as práticas de debates e a troca de experiências e pensares, essas se realizam através do diálogo que permite o enriquecimento de ambos os agentes dessa relação.

Os agentes desse movimento não estão um abaixo e outro acima, um não é melhor que o outro, não há desigualdades para a discriminação ou inferiorização. Por outro lado, as diferenças são vistas como particularidades que tornam seres humanos distintos, plenos de personalidade e fundamentais para o desenvolvimento das relações sociais que os ligam.



Para saber mais sobre COEMBOPA, acesse: <http://www.escolabompastor.com.br>



balizam
Mediram, definiram limites.



“... as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.”

Boaventura de Sousa Santos

Figura 2.4: Boaventura de Sousa Santos

Fonte: CTISM, adaptado de Santos, 1997

Através da dialogicidade se estabelecem as relações, é o momento em que o indivíduo se constitui social, econômico e político, e atua de forma coletiva com seus semelhantes. É através da dialogicidade, da comunicação, que ocorre a gestão social que, de acordo com Carrion (2012, p. 269),

introduziu uma verdadeira revolução simbólica no campo da gestão. Pensada enquanto espaço de luta política em defesa dos princípios de justiça, igualdade, respeito à diferença e à natureza, ela acena com a possibilidade de se consolidar um novo “agir comunicativo” no sentido habermasiano.

A gestão social no contexto cooperativista é o espaço em que todos os agentes do sistema se comunicam e interagem com o objetivo de uma melhor compreensão e relação entre todos. O filósofo e sociólogo Habermas afirma que é através do agir comunicativo que os agentes se constituem, ou seja, é através da linguagem que os associados, gestores e colaboradores articulam o “quem sou” nas relações sociais. E, conforme Frantz, é através da ação comunicativa que podem se tornar donos do próprio destino. (FERREIRA; FRESNO AMODEO, 2008).

É por meio da linguagem que colaboradores e gestores, em atendimento ao associado, irão verificar se, naquela situação específica, o papel desempenhado é de usuário ou dono. Sendo assim, é relevante conhecer e adequar a linguagem para melhor desenvolver as suas ações em relação aos demais sujeitos.

Vale lembrar que o fato de o associado possuir a duplicidade de relação com a cooperativa (dono e usuário) torna a comunicação mais complexa, o que reforça a importância da educação cooperativa. Pode acontecer de, enquanto dono, o cooperado esperar maiores resultados da cooperativa em se tratando



Para saber mais sobre Habermas, acesse:
<https://www.youtube.com/watch?v=AfmIYOkOulo>

da distribuição de sobras. Por outro lado, enquanto usuário, o cooperado pode vislumbrar adquirir insumos a preços mais baixos que os de mercado, vender a sua produção a preços mais altos e contar com a ampliação de serviços e benefícios. Ora, matematicamente é improvável conseguir acomodar essas situações durante todo o ano. É preciso que se tome conhecimento que a cooperativa é uma empresa e que se o cooperado quiser ter sempre a melhor vantagem, quando comparado ao mercado, em se tratando de comercialização e ao mesmo tempo contar com maiores sobras, o negócio não tem como se manter e prosperar. Esta é uma das situações que a educação cooperativa poderá auxiliar a superar.

À educação cooperativa cabe também articular a dialogicidade entre as suas ações e seus programas, com o objetivo de melhor gerir ideias e opiniões que tragam benefícios a todos integrantes ou não do sistema cooperativista. E, assim como a educação pode revolucionar o mundo, a educação cooperativa pode trazer força e crescimento ao cooperativismo ampliando a sua cultura para além das cooperativas.

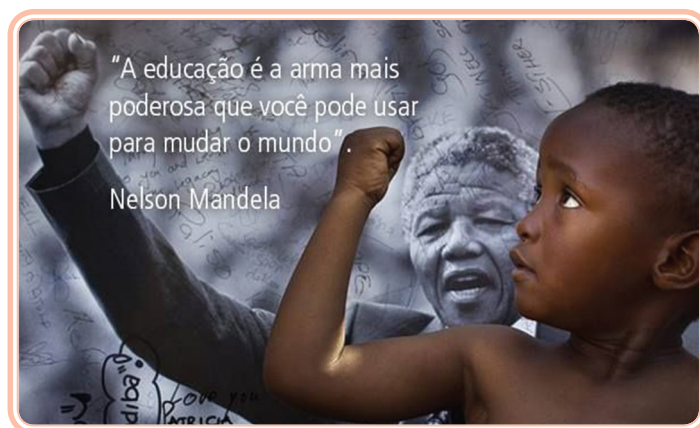


Figura 2.5: Educação para Nelson Mandela

Fonte: <http://www.frasesparaoface.com/wp-content/uploads/2013/12/a-educacao-e-a.jpg>

Considerando o papel do técnico em cooperativismo, é importante alinhar as suas atribuições com as especificidades da localidade em que atuará, entrar em contato com a realidade e a racionalidade das pessoas envolvidas. Para obter resultados significativos e duradouros, ou seja, realizar uma intervenção transformadora é de grande valia considerar, compreender e respeitar a cultura dos sujeitos que constituem o ambiente social.

O conhecimento teórico e formal deverá ser apresentado à comunidade, porém, não de forma autoritária, mas sim aberta à participação e contribuição

dos que ali se encontram. Cabe ao técnico encontrar a melhor maneira de aproximar e sensibilizar seus educandos daquele que é seu objeto de ensino – o cooperativismo, para isso, é determinante conhecer a cultura, história, formação e particularidades da sociedade em que está atuando. O técnico tem o privilégio de vivenciar, junto com os associados, o que Paulo Freire nomeou de práxis libertadora, ou seja, uma situação capaz de criar condições para que o outro reconheça a condição que vivencia e, assim, agir de forma a libertar-se da situação de desigualdade.

Embora o “conteúdo” formal seja de conhecimento do técnico em cooperativismo, esse terá que desenvolver a percepção, a sensibilidade de escolher a melhor abordagem para alcançar os seus objetivos. A habilidade de ouvir o outro é considerada fundamental, dar ouvidos e voz aos seus educandos traz identificação com a realidade local e permite ver com olhar do outro. Paulo Freire (2014, p. 108) afirma que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Somente assim se pode conduzir os indivíduos a refletirem sobre sua condição, seus problemas e possíveis soluções. O técnico não é o detentor de todos os saberes, mas aquele que acompanha o cooperado na luta de se apropriar de seus espaços, o que constitui a práxis, que nada é além da prática da liberdade.

Caso o técnico tenha por função auxiliar na constituição de uma cooperativa, é ainda mais determinante o seu papel, pois deve esclarecer os princípios e, principalmente, alinhar os objetivos e eliminar/reduzir mal-entendidos e, assim, evitar interesses meramente financeiros pela cooperativa, além de contribuir para desenvolver a autonomia e, conseqüentemente, a emancipação os cooperados.



Para saber mais sobre
educação – Paulo Freire,
acesse:

[https://www.youtube.com/
watch?v=60c1RapBN7U](https://www.youtube.com/watch?v=60c1RapBN7U)

Para saber mais sobre
Paulo Freire, acesse:
<http://www.paulofreire.org/>

Já no processo de investigar que elementos devem ser trazidos a discussão, é relevante observar as necessidades dos associados e também permitir que esses colaborem. Pois, para Freire, “os temas, em verdade, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos. Um mesmo fato objetivo pode provocar...um conjunto de temas geradores, e... não os mesmos, necessariamente”. (FREIRE, 2014, p.137).

Com isso, queremos dizer que para agir como educador cooperativo, o técnico em cooperativismo tem que ter a humildade de reconhecer os saberes, a cultura e a racionalidade das pessoas com quem está trabalhando. Não dá para pensar uma educação cooperativa de fato somente como um despejar de conteúdos. O conhecimento técnico e científico em muito pode contribuir com as pessoas e cooperativas, mas temos que saber como e quando

utilizá-lo. O amplo diálogo estimula as pessoas a participarem e se tornarem ativas no contexto da cooperativa e da sociedade. Os conteúdos podem ser trabalhados na lógica da dialogicidade de Paulo Freire, juntamente entre educador e educandos.

Resumo

Nessa aula, apresentamos as concepções de educação conforme a perspectiva do educador Paulo Freire, estando de um lado a educação bancária, com seu aspecto opressor, limitado e tradicional, e de outro a educação dialógica e seu aspecto libertador, participativo e inclusivo.

A teoria da ação dialógica é apresentada com base nos espaços de diálogo, reflexão e participação e que proporcionam uma nova perspectiva para o processo educacional tradicional e descontextualizado da realidade dos educandos.

Atividades de aprendizagem



1. Identifique com 1 o que se relaciona a educação bancária e 2 o que tem relação com a educação dialógica.

- () Valoriza o contexto cultural.
- () Autoritária.
- () Limita a criatividade.
- () Liberdade de expressar as opiniões.
- () Reconhece as experiências pessoais.
- () Valoriza a reprodução dos ensinamentos.
- () Observa as necessidades particulares.

Aula 3 – Educação e a capacitação cooperativa

Objetivos

Conceituar e contextualizar a educação cooperativa no cenário educacional e cooperativista.

3.1 Importância e aplicação da educação cooperativa

A educação tradicional ou a educação bancária bitolou os indivíduos dificultando a criatividade, a inovação, a participação e o sentimento empreendedor tão peculiares do cooperativismo. Pois, embora siga ordens e regras, o ambiente do cooperativismo sempre necessitou de certa dose de ousadia de seus associados para se constituir, estabelecer e consolidar.

Para isso, não nos faltam exemplos, como o caso da COAGROSOL que investiu em produzir geleias orgânicas, produtos que agradam ao mercado externo pelo valor agregado que oferecem e, por consequência, agregam, incrementam a renda das famílias. Como resultados positivos, a cooperativa já proporcionou à cidade de Itapólis, SP, oito projetos sociais, entre eles duas escolas de informática, projeto ambiental de compostagem de lixo orgânico que é transformado em adubo para as propriedades rurais, além de formação técnica para filhos de apanhadores de frutas e elaboração de multimistura para combate à desnutrição infantil, em parceria com a Cruz Vermelha.

Além da cooperativa mencionada, a Coopnatural de Campina Grande, PB, também foi inovadora, pois a partir de um consórcio entre empresas do setor têxtil criou uma cooperativa para melhor organizar as suas atividades de produção. Da cooperativa nasce a marca Natural Fashion, uma confecção que produz produtos com qualidades artesanais e ecologicamente corretos que trazem por base a agricultura familiar, clube de mães e associações de bairros da periferia da região.

Já a Casa Apis, é uma central de cooperativas que ao se articular como central enfatizou o mercado externo para exportar o mel produzido e assim alcançar os objetivos das cooperativas. Ao perceber que o mercado interno também



Para saber mais sobre Coopnatural – algodão colorido, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=v3fKsjJRL8>

Para saber mais sobre Coopnatural e Natural Fashion, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=UJHfrAnwim>

Para saber mais sobre a sustentabilidade na Coopnatural, acesse: https://www.youtube.com/watch?v=NS_4oFxFeakg

carecia de produtos de qualidade, a central iniciou processo de expansão das suas ações com atenção voltada a esse público-alvo, o sucesso da Casa Apis ocorreu pela iniciativa de investir fortemente na capacitação técnica para atender aos padrões internacionais de consumo.

Nesses casos destacam-se:

- Atenção à demanda do mercado, em especial àqueles de produtos com maior valor agregado.
- Investimento em produtos orgânicos e ecologicamente corretos.
- Capacitação técnica e profissionalização da gestão das cooperativas.

Essas são características empreendedoras e relevantes para a constituição e permanência das cooperativas destacadas anteriormente. Cada cooperativa, em função de suas características e recursos locais, estabelecerão diferentes vínculos com os mercados. Não existe uma forma única de se obter sucesso. É preciso aprender com as experiências existentes, avaliar a realidade de cada cooperativa e sintonizar as oportunidades mercadológicas com o perfil e objetivos dos sócios. O técnico em cooperativismo pode ser o mediador dessas discussões que vão influenciar no posicionamento da cooperativa no mercado, tudo com a participação plena dos sócios. Isto é fundamental para que todos estejam alinhados com os objetivos construídos coletivamente. Este envolvimento dos cooperados com a cooperativa é um importante resultado das ações de educação cooperativa.

A Coopercuc – Cooperativa Agropecuária Família de Canudos Uauá e Curaçá – também é exemplo da importância da educação cooperativa. Essa cooperativa que teve a sua origem através de um interventor externo, uma **incubadora** tecnológica de Pernambuco, que ao observar a realidade precária da comunidade de Uauá, BA, iniciou o processo de incubação da cooperativa. A educação cooperativa foi determinante, em especial por considerar os aspectos locais, culturais e, principalmente, as necessidades da comunidade que vivia no limiar da linha da pobreza.

O sucesso da incubação da Coopercuc e da permanência atuante e crescente no mercado em que atua deve-se ao trabalho de autonomia realizado com os associados, que compreenderam as particularidades de uma cooperativa e se apoderaram de seu trabalho e das suas conquistas para transformar as

A-Z

incubadora

Tem o propósito de dispor da infraestrutura das universidades e a experiência das instituições para auxiliar os novos empreendimentos ou projetos já atuantes que necessitem de ajuda.

realidades das dezenas de famílias associadas da cooperativa. Embora ainda encontre barreiras nas negociações com importadores de seus produtos, como a fragilidade de articular e sistematizar contatos, a cooperativa investiu na qualificação da produção e na diversificação dos produtos sem deixar de valorizar as frutas nativas. Para isso conta com o apoio do IRPAA – Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada – que, sobretudo, atuou na conscientização da região do semiárido ser o ambiente de renda e produção, ao invés de miséria e necessidades. Além disso, a Coopercuc enfatiza a conscientização pela preservação do meio ambiente, da valorização e conservação das espécies nativas da região.

Com esses exemplos percebe-se que as cooperativas surgem como meio de se alcançar coletivamente objetivos que, de forma individual, seriam difíceis de viabilizar. O empreendedorismo faz parte do cooperativismo, já que diante de dificuldades, pessoas se unem e trabalham juntas para alcançar o benefício de todos. O desafio está em manter essa característica empreendedora, que gera envolvimento e comprometimento, ao longo do tempo. Aqui, evidencia-se o papel do técnico em cooperativismo que deverá atuar como mediador, em um processo educativo, que mantém viva a interdependência e coesão do grupo no alcance dos objetivos coletivos, o que dará autonomia aos associados.

Nesse sentido, surge a necessidade de capacitar os cooperados sobre as atividades desenvolvidas, as particularidades de cada ramo do cooperativismo e, principalmente, das ações diferenciais dos associados no contexto cooperativo. Enquanto que a educação é de abrangência geral, para todos, inclusive a comunidade externa a cooperativa, a capacitação é técnica e especificamente direcionada as atividades fins, ou seja, investe intensivamente na atividade primária da cooperativa e é direcionada aos sócios, gestores e colaboradores. (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

A capacitação é o que viabiliza a cooperativa como empresa, enfatiza a formação e o aperfeiçoamento técnico. É determinante, já que as cooperativas concorrem com empresas que não tem por base equilibrar o social e o econômico, o que, conseqüentemente coloca as cooperativas em relativa desvantagem.

A cooperativa é uma associação de pessoas que constituem uma empresa para atuar no interesse coletivo. A dimensão social e a empresarial tem que andar em equilíbrio, para que não se perca a identidade do cooperativismo e para que o negócio prospere ou se sustente. Ao longo do tempo, com a prosperidade econômica e crescimento do empreendimento, torna-se cada



Para saber mais sobre Coopercuc acesse:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75223635008>
<http://www.coopercuc.com.br/>



Para conhecer mais sobre as cooperativas mencionadas, acesse:
http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/popup/id/328
<http://www.madeinfores.com/?empresa/home/tip/produto/cv/vendo/oid/562>
http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/popup/id/327
http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/popup/id/329
<http://www.coopercuc.com.br/>

vez mais desafiador manter a identidade, o envolvimento e a participação dos cooperados, o que constitui um desafio/oportunidade para os técnicos em cooperativismo.

Ao se articular educação e capacitação tem-se o contexto favorável ao crescimento e desenvolvimento integral da cooperativa, sem negligenciar os aspectos técnicos como empresa e nem social-econômico para seus associados.

Portanto, se a educação fundamenta o cooperativismo, é a educação cooperativa que se consolida como um dos principais instrumentos de propagação dos ideais cooperativistas. É a educação cooperativa que divulga a doutrina do cooperativismo e permanece com a finalidade de propagar os valores cooperativistas, conscientizar cooperados e articular a compreensão dos princípios cooperativistas.

A educação cooperativa apresenta-se como uma alternativa de vivência econômica e social em um ambiente excessivamente competitivo e **egocêntrico**, em que se vive condicionado por um modelo de consumismo e imediatismo.

A-Z
egocêntrico
O que tem o seu "eu" como o centro dos seus interesses.

Desde os Pioneiros de Rochdale, em especial por influência de Owen, até a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), compreende-se a educação cooperativa como um conceito amplo, que abrange desde educação formal até a propagação da cultura cooperativista. Referia-se a uma "educação para a cidadania, e ao treinamento em relação aos princípios e métodos da promoção cooperativa". (SCHNEIDER, 1991, p. 98).

Para a ACI, o princípio da educação, formação e informação é o princípio responsável por informar ao público geral, em especial aos jovens e líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

A educação cooperativa, portanto, alcança a todas as pessoas, estejam elas inseridas ou não no sistema cooperativo. Isso vincula diretamente com o princípio de interesse pela comunidade, pois o sistema cooperativo em todo tempo se mobiliza em proporcionar melhorias no ambiente em que atua. Internamente, ela promove desenvolvimento das ações dos participantes do sistema cooperativo e, externamente, divulga os seus valores e princípios.

Para elevar a cultura e a educação do universo cooperativista não basta a melhoria econômica dos associados nem a formação doutrinária, é preciso completá-la elevando o nível do conhecimento dos sócios,

funcionários e inclusive familiares. Promover a cultura, a qualificação e a capacitação técnica, etc., são tão importantes como transmitir conhecimentos doutrinários. (IRION, 1997 p. 124).

A busca da educação cooperativa pode ser relacionada à ideia de educação libertadora ou revolucionária, apresentada por Paulo Freire (2005), que objetiva uma transformação, já que considera a educação um processo que busca desvincular-se da ingenuidade incentivando a reflexão.

Dessa forma, a educação é pensada como uma alternativa de mudança, em especial em um ambiente em que se valoriza o mercado, o produto e a produção, em detrimento do humano. Para tanto, é preciso considerar o outro de maneira distinta, não cabe pensar de forma isolada e individual, é preciso conviver e se comunicar, e, nesse contexto, o responsável pela apresentação de determinado conhecimento – o técnico em cooperativismo, por exemplo, – precisa dialogar com seu público da forma mais aberta possível, a fim de alcançarem juntos, em parceria, os objetivos do processo educacional em que estão atuando.

A consciência do coletivo faz com que os associados se sintam realizados também com as conquistas dos demais membros da cooperativa. Embora esse olhar de realização pela conquista do outro possa estar muito distante da nossa realidade, já que temos uma visão simplista e individual do nosso cotidiano, é inegável a realização pessoal daqueles que tomam o crescimento dos seus semelhantes como conquista e realização próprias, pelo simples fato de serem partícipes desses movimentos de mobilização.

Para a verdadeira educação cooperativa, deve visar-se mais do que à mera educação formal. É preciso saber o que e como um povo poderá aprender. (...) cada fase da experiência e da ação coletiva pode e deve ser um momento de aprendizado cooperativo, pois a educação cooperativa é um processo permanente, que transcende os limites da educação formal e institucionalizada que se realiza através da escola e da universidade. (SCHNEIDER, 1991, p. 111).

É primordial que os objetivos específicos de cada cooperativa sejam formulados e compreendidos por todos os agentes envolvidos, ou seja, a verdadeira educação cooperativa não se limita à transmissão de informações sobre o sistema e suas particularidades, sobre questões técnicas, mas também abarca uma construção coletiva fundamental para a construção da autonomia desses cooperados e do próprio cooperativismo.

A educação deve promover a reflexão, a discussão e a ação dos envolvidos de forma gradual e contínua, para despertar neles o interesse pela participação e, assim, transformá-los em agentes do próprio desenvolvimento. (SCHNEIDER, 2003). Reconhecer os princípios que norteiam o cooperativismo elucida o papel de cada associado e, essa consciência da sua representação está intimamente ligada às atividades de educação cooperativa que

tem por tarefa principal promover a integração social e a participação ativa dos cooperados, ou seja, fazer com que eles intervenham de forma crítica na gestão do empreendimento e no usufruto dos produtos e serviços econômicos e assistenciais oferecidos pela instituição. (MENDES; PASSADOR, 2010, p. 3).

Para atuar de forma efetiva nos processos administrativos e na tomada de decisão das cooperativas que integram, os associados precisam ser alvos de um processo educacional, não nos moldes tradicionais de educação em que temos um sujeito detentor das verdades, que comunica saberes, os quais devem ser armazenados pelos ouvintes. Pelo contrário, a prática da educação cooperativa deve considerar espaços abertos à discussão, reflexão e construção coletiva de conhecimento, ou seja, uma “educação problematizadora se faz, assim, em esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham”. (FREIRE, 2005, p. 82).

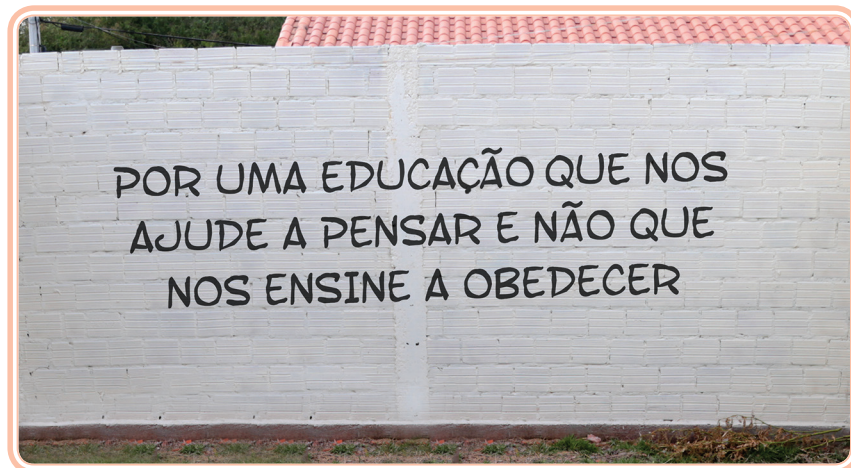


Figura 3.1: Por uma educação que...

Fonte: CTISM, adaptado de <http://belretrato.blogspot.com.br/2014/11/por-uma-educacao-que-nos-ajude-pensar-e.html>

Somente assim, conforme Almeida e Souza (2006, apud MENDES; PASSADOR, 2010), ocorrerá o estreitamento e fortalecimento das relações entre gestores, entidades de apoio e cooperados. Além disso, a educação cooperativa ampliará

as suas ações, considerando as condições ambientais, culturais, morais, sociais, bem como a ajuda mútua, vinculada à geração de renda, já que o cooperativismo busca alcançar a modificação do social através do econômico, ou seja, considera o associado como um indivíduo integral que deve se desenvolver integralmente.

A necessidade de troca de experiência está vinculada ao caráter incompleto da humanidade, é essencial o diálogo e a troca de experiências entre os indivíduos. Através das relações de comunicação, os indivíduos constituem-se e estabelecem conceitos comuns. A gestão das cooperativas pode se utilizar dos aspectos subjetivos dos associados para consolidar as suas ações e, assim, fortalecer todo o sistema cooperativo.

Usar as alegrias e as angústias como elemento motivador que gere participação e, conseqüentemente um indivíduo mais crítico e consciente de seu papel no ambiente em que atua já que a “assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros”. (FREIRE, 1996, p. 41).

Assim, os associados poderão articular os seus interesses e trabalhar de maneira conjunta para alcançar melhorias e desenvolvimento coletivo, não apenas aos envolvidos diretamente nos processos cooperativos, mas também de forma a beneficiar e proporcionar crescimento aos que atuam e convivem com as cooperativas. As pessoas que se sentem parte do processo, que se identificam com o grupo de pessoas e com a organização tendem a se manter comprometidas e fiéis à organização.

Resumo

Nessa aula, verificamos a importância da educação cooperativa e suas variadas articulações. Foram apresentados exemplos de cooperativas que se apropriaram da educação cooperativa como elemento de diferenciação na sua gestão e através desse investimento alcançaram sucesso nas suas atividades no aspecto econômico e também social.

Vimos que educação e capacitação são coisas diferentes, porém complementares e essenciais para as cooperativas. A educação é de abrangência geral, envolvendo a doutrina do cooperativismo, os valores da solidariedade, cooperação e participação, para todos, inclusive a comunidade externa a cooperativa.

Já a capacitação é técnica e especificamente direcionada as atividades fins, ou seja, investe intensivamente na atividade primária da cooperativa e em questões de gestão, sendo direcionada aos sócios, gestores e colaboradores.



Atividades de aprendizagem

1. Marque 1 nas ações de educação cooperativa e 2 nas ações de capacitação.

- () Programa radiofônico de uma cooperativa com informes técnicos.
- () Ações de incentivo à leitura em comunidades locais.
- () Curso de legislação tributária para funcionários de uma cooperativa de crédito.
- () Dia de campo de cooperativas agropecuárias.
- () Jornal de uma cooperativa de circulação municipal com matérias sobre cooperação, solidariedade e cooperativismo.
- () Curso de cardiologia em uma cooperativa de médicos.
- () Reunião com um grupo de cooperados para discutir o futuro da cooperativa.

Aula 4 – Organização da educação cooperativa e do quadro social

Objetivos

Apresentar o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – integrante do Sistema Cooperativista Nacional e conceituar Organização do Quadro Social (OQS) e suas articulações.

4.1 O SESCOOP

O SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – integrante do Sistema Cooperativista Nacional e foi criado pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998 que define como seu objetivo básico organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados.

As ações do SESCOOP devem ser articuladas em conjunto com órgãos públicos e privados, sendo que opera em suas sedes próprias estabelecidas em cada Estado e é dirigido por um conselho nacional que é presidido pelo presidente da OCB. Conselhos regionais foram criados para atender necessidades específicas de cada região, considerando-se a amplitude do território nacional e suas particularidades.

O *link* do SESCOOP, no *site* da OCB, acrescenta como objetivos do serviço os itens listados abaixo:

- Organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional.
- Operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a **auditoria** e o controle em cooperativas.
- Assistir as sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem **metódica** e contínua.

A-Z

auditoria

Estudo minucioso e sistemático que analisa as atividades desenvolvidas por determinada empresa.

metódica

Ação que é realizada com base em métodos e procedimentos.

- Estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e promoção social do empregado de cooperativa, do dirigente de cooperativa, do cooperado e de seus familiares.
- Exercer a coordenação, supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, associados e seus familiares.
- Colaborar com o poder público em assuntos relacionados à formação profissional e à gestão cooperativista e outras atividades correlatas.
- Divulgar a doutrina e a filosofia cooperativistas como forma de desenvolvimento integral das pessoas.
- Promover e realizar estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento humano, ao monitoramento e à promoção social, de acordo com os interesses das sociedades cooperativas e de seus integrantes.



Figura 4.1: Missão SESCOOP

Fonte: CTISM, adaptado de <http://www.ocb.org.br/site/sescoop/>

Já o Decreto nº 3.017 de 06 de abril de 1999, define o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e apresenta outros objetivos ao SESCOOP.

Art. 2º Constituem objetivos do SESCOOP:

I - organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional;

II - operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;

III - para o desenvolvimento de suas atividades, o SESCOOP contará com centros próprios ou atuará sob a forma de cooperação com órgãos públicos ou privados.

O SESCOOP faz parte do sistema conhecido como o Sistema S e tem os seus recursos provenientes da folha de pagamento das cooperativas cadastradas no sistema, as quais destinam 2,5 % de sua folha de salários. Essa contribuição oriunda do total das remunerações dos empregados segue as mesmas definições das definidas para as demais agências integrantes do Sistema S.

Como mencionado anteriormente, o SESCOOP é presidido pelo presidente da OCB e tem como órgão de direção o Conselho Nacional; órgão de execução, a Diretoria Executiva; e órgão de fiscalização, o Conselho fiscal. Além desses, o Decreto também menciona os Conselhos Regionais como constituintes do SESCOOP.

O Conselho Nacional do SESCOOP é composto por dez membros conforme o diagrama da Figura 4.2:



Figura 4.2: Composição do Conselho Nacional do SESCOOP

Fonte: CTISM, adaptado de Brasil, 1999

As ações do SESCOOP são conduzidas conforme o seu mapa estratégico, esse mapa apresenta a visão, missão e valores do sistema e propostas de valor que estão subdivididas entre cooperativas, cooperados, público interno, empregados, comunidades, órgãos de controle/sociedade e Poder Executivo.



Agências do Sistema S

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)

Serviço Social da Indústria (SESI)

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)

Serviço Social do Comércio (SESC)

Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat)

Serviço Social do Transporte (SEST)

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)



Saiba mais sobre o mapa estratégico do SESCOOP acessando: http://www.ocb.org.br/Gerenciador/ba/arquivos/Mapa_estrategico_do_Sescoop.pdf

Além dos itens citados, destacam-se os objetivos estratégicos:

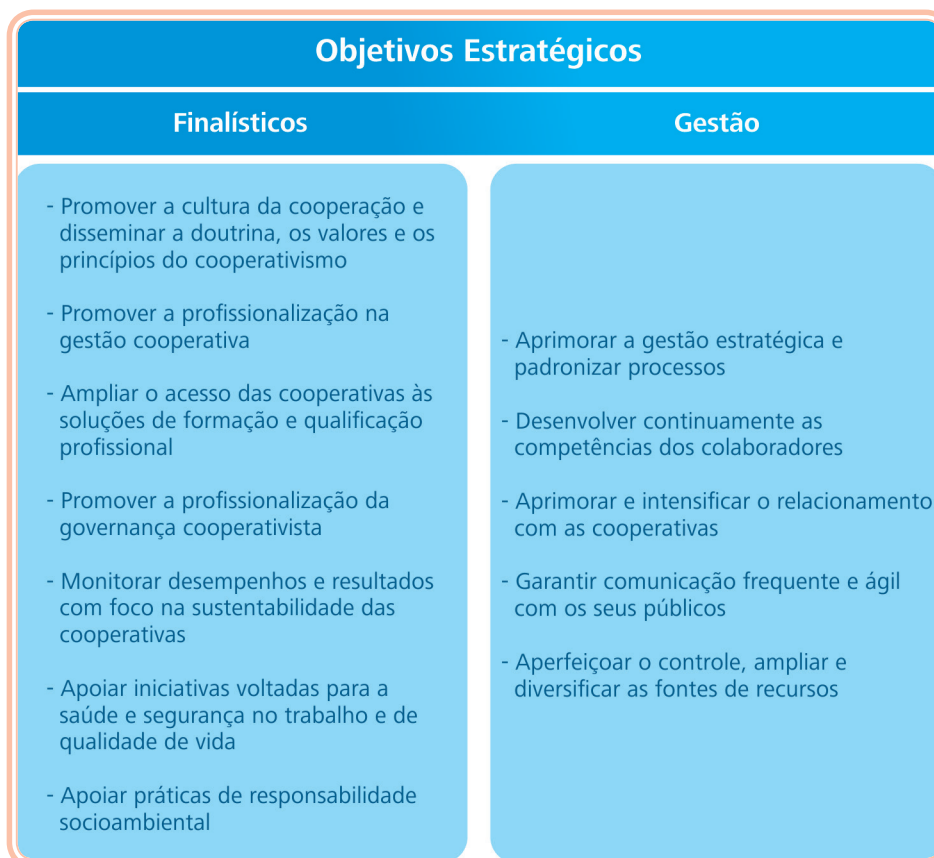


Figura 4.3: Objetivos estratégicos do SESCOOP

Fonte: CTISM, adaptado de SESCOOP, 2009

Assim como a OCB possui as suas regionais, da mesma forma ocorre com o SESCOOP. É a maneira encontrada para que o sistema de aprendizagem possa considerar as particularidades das regiões e direcionar as ações conforme as necessidades e especificidades características de cada região do Brasil, para isso, vários programas são criados para articular as ações de educação cooperativa.



Para saber mais sobre o Cooperjovem acesse:
<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperjovem/>

Um dos programas é o Cooperjovem que através de personagens que formam a Turminha da Cooperação ensinam sobre o cooperativismo. Embora voltado para o público infantil, o programa ensina sobre as bases do cooperativismo e já incentiva a cooperação entre as crianças.

Uma ação positiva que podemos mencionar é a criação da Casa Cooperativa de Nova Petrópolis. A cidade de Nova Petrópolis, RS, através de Lei Federal nº 12.205/2010, recebeu o título de Capital Nacional do Cooperativismo, é nessa cidade que cooperativas e entidades criam um conselho consultivo com o objetivo de desenvolver a intercooperação e ações vinculadas ao título

recebido pela cidade. Em julho de 2011, formaram a Casa Cooperativa de Nova Petrópolis que tem por finalidade:

- Ensinar o cooperativismo à comunidade.
- Fomentar atitudes cooperativistas entre entidades e pessoas.
- Estimular a comunidade em ser multiplicadora do cooperativismo e do associativismo.
- Resgatar, preservar e disseminar a história do cooperativismo de Nova Petrópolis.
- Divulgar o título local de “capital nacional do cooperativismo”.
- Incentivar a criação de novas cooperativas e associações.
- Estimular o desenvolvimento de novas lideranças.
- Apoiar o desenvolvimento de entidades e pessoas que cultuam os princípios cooperativos e associativos.

As ações da Casa Cooperativa evidenciam a necessidade de que a comunidade conheça o cooperativismo e saiba falar desse tema para os turistas. Além das iniciativas citadas, a casa também busca a formação de novas lideranças que atuem futuramente na comunidade, sociedades, clubes, igrejas, escolas, cooperativas, associações e outras entidades semelhantes.

O SESCOOP disponibiliza recursos, programas e cursos que acrescentam e propagam o ensino do cooperativismo. Porém, no Brasil, tem-se uma vertente do cooperativismo que se afasta do sistema OCB, esse movimento, reconhecido como Economia Solidária possui ressalvas quanto às ações e ideologias da OCB e, apesar de contribuir com os 2,5 % da folha de pagamento, conforme a legislação determina, têm dificuldades em acessar os benefícios e recursos do SESCOOP. A economia solidária está ligada as organizações solidárias e de classes populares, as principais representantes desse movimento no Brasil são: A União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL). Estas três organizações se juntaram no ano de 2014 e formam a UNICOPAS

(União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias). A UNICOPAS, a partir da alteração da lei do cooperativismo que se encontra em andamento, pleiteia dividir a representação das cooperativas com a OCB. Essa provável divisão na representação visa, dentre outras, garantir o acesso e utilização dos recursos do SESCOOP pelas cooperativas vinculadas à UNICOPAS.

Nem mesmo no sistema cooperativista encontramos uma concordância uniforme ou que seja compartilhada por todos. As diferenças de ideologia existem e isso faz parte de um processo democrático e consciente que sinaliza uma emancipação do cooperativismo, que possui campos com percepções diferentes, mas que atuam no sentido de promover a cooperação. Essas divergências não devem ser desmotivadoras, pelo contrário, deve-se pensar em ações que resultem em maior sinergia e complementação entre esses grupos legítimos do cooperativismo.

Podemos afirmar que todas as ações da OCB, do SESCOOP e suas regionais, das cooperativas locais, da economia solidária, entre outras que contribuem para divulgar os ideais do cooperativismo e para viabilizar cooperativas em um ambiente marcadamente individualista, são de grande valia e contribuem para que o cooperativismo siga trazendo melhorias sociais e econômicas para os seus membros e para a sociedade.

4.2 Organização do Quadro Social – OQS

A organização do quadro social em uma cooperativa é evidentemente valiosa no sentido de dignificar e valorizar os indivíduos em suas particularidades. A forma como a cooperativa se articula possibilita que todos sejam ouvidos ou que tenham a oportunidade de se manifestar. Esse é um elemento significativo na valorização das experiências e vivências dos indivíduos.

O cooperativismo tem a característica de colocar as pessoas a frente do capital, já que possui como valor básico o critério de um homem representar um único voto. O cooperado é considerado na sua individualidade e o seu poder de voto não está relacionado ao montante de capital investido ou à quantidade de cotas que cada associado possui. Esse é um aspecto digno de destaque, já que não ocorre em instituições financeiras e empresas tradicionais, nas quais o poder de voto está diretamente relacionado ao poder econômico que cada sócio dispõe na empresa.

Não bastasse o significado doutrinário e filosófico da participação, estudos apontam a sua importância para as cooperativas. A participação do associado e a

profissionalização da gestão são considerados dois dos atos mais determinantes do sucesso das cooperativas. O estudo de Mendes e Passador (2010) destaca a relação estreita entre a educação cooperativa e a participação, sendo que no momento em que um está presente o outro também surgirá e conduz a cooperativa em obter seus objetivos sociais e econômicos.

Assim, a organização do quadro social é o instrumento utilizado para alcançar o objetivo de participação efetiva dos associados, comprometimento e fidelidade dos sócios, gestão democrática e, conseqüentemente, fortalecimento do sistema cooperativista. A estrutura da OQS é definida e elaborada conforme as peculiaridades de cada ramo e/ou cooperativa, ou seja, optar por comitês, núcleos e/ou comissões é uma decisão de cada cooperativa, sempre objetivando ampliar a participação dos sócios.

A OQS é determinante para promover a participação consciente dos seus associados. Quando utilizada de forma eficiente e eficaz, a OQS possibilita a divulgação dos princípios cooperativistas e se transforma em uma importante ferramenta para a educação cooperativa, já que se passa a ter um espaço formal para a discussão e prática dos conceitos e valores do cooperativismo que, ao serem internalizados por seus associados, refletirão em suas futuras práticas como membros da cooperativa, cidadãos e profissionais.

Não pretendemos que a OQS seja utilizada “somente” com esse intuito mais amplo da educação cooperativa, pois sabemos que questões relacionadas à capacitação e informação são muito importantes para as atividades dos cooperados e despertam muito interesse. A questão é aliar a capacitação e a informação com a educação cooperativa.

O processo de participação dos associados é fundamental e um direito que não deve ser abandonado ou negligenciado. No Brasil, a necessidade de ordenar os associados de maneira que a participação fosse viabilizada e que os associados soubessem dos planos e planejamentos da cooperativa permitiu com que, nos anos de 1960, estados do Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina organizassem seus associados em comitês municipais ou comunitários.

Os resultados das articulações resultantes da iniciativa instigaram o interesse de outras cooperativas, entre elas a gaúcha COTRIJUÍ (Cooperativa Tritícola de Ijuí) que organizou seus associados em núcleos e, posteriormente, em comissões por produtos e assuntos. Ações de capacitação na região Nordeste do país também foram coordenadas pela Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE).

A-Z**subversivos**

Aqueles que são insubordinados, revoltados com as autoridades, aqueles que perturbam e destroem.

Em 1895, a OCB define que todas as cooperativas deveriam organizar o seu quadro social, porém, como os resultados não foram como os esperados, a instituição voltou atrás em sua decisão. Vale ressaltar que esse processo ocorreu em meio ao regime militar instaurado no Brasil de 1964 até 1985. Nesse período, qualquer reunião e espaço de discussão eram vistos como **subversivos** e, conseqüentemente, reprimidos, o que, certamente inibia as participações de grupos que temiam maiores dificuldades visto que já viviam em condições de desigualdade e opressão pelo próprio sistema de capital.

A OQS é determinante para que exista a transparência entre cooperativa e associado e que se viabilize uma participação ativa, engajada e dinâmica dos cooperados. Para Santos (2010, p. 17), a organização do quadro social tem como principal objetivo “possibilitar a participação deste, na dinâmica da cooperativa, levando-o a vivenciar o princípio cooperativista da gestão democrática”, nesse processo também divulga tecnologias, prepara lideranças, angaria novos associados, auxilia a administração, entre outros.

Os núcleos constituem o modelo de OQS mais utilizado no Rio Grande do Sul, em especial nas cooperativas agropecuárias. Nesse formato, todo associado participa de um núcleo de desenvolvimento cooperativista que é acompanhado de um técnico da cooperativa o qual é responsável por desenvolver ações de educação cooperativa, monitorar os grupos de associados e reconhecer a realidade específica de cada núcleo. As reuniões dos núcleos ocorrem conforme determinação e necessidades de cada cooperativa e do núcleo, um representante ou mais são eleitos e forma com outros representantes o núcleo central de desenvolvimento cooperativista junto à cooperativa. O técnico é aquele que avalia aspectos técnicos (assistência técnica, industrialização, produção) bem como os aspectos sociais de participação e educação cooperativa.

A OQS é regida pelo regimento interno que aprovado em assembleia irá definir a estrutura, o funcionamento, periodicidade de encontros e demais detalhes das ações do quadro de associados. No Rio Grande do Sul, as cooperativas agropecuárias utilizam o sistema de núcleos, em que os associados distribuídos em grupos geograficamente próximos, discutem e elaboram seus posicionamentos de acordo com pautas pré-estabelecidas. Esses nucleados escolhem e elegem um representante que levará suas opiniões até a direção e, em alguns casos, até a Assembleia Geral (AG), inclusive com representação de voto.

O Sicredi utiliza a nucleação e o chamado voto delegado, ou seja, o seu representante de núcleo vota nas assembleias gerais conforme os seus nucleados e o voto equivale ao número de associados que constituem esse núcleo.

Por certo que as expectativas e perspectivas que envolvem a organização do quadro social são as melhores possíveis visto que as cooperativas que mais investem e fomentam a educação cooperativa tem sido as mesmas que apresentam altos índices de participação e comprometimento dos associados. Porém, estudos como o de Bialoskorski Neto (2002) dão conta que cooperativas com maior desempenho econômico e financeiro tendem a possuir participação relativa menor. Ou seja, enquanto “vai bem” a cooperativa, os seus associados não se envolvem. Mas, no momento em que ocorrem problemas financeiros os sócios se mobilizam com temor de serem prejudicados, ou seja, como colocam Schneider e Hendges (2006) a prosperidade pode tornar-se uma ameaça.

Todos os envolvidos no sistema cooperativista buscam o seu sucesso econômico, melhorias nos aspectos sociais bem como da comunidade em que atuam. A autonomia, independência e autogestão das cooperativas apresentar-se-ão fortalecidas cada vez mais à medida em que a educação cooperativa tornar-se prioridade da gestão. Os resultados dos investimentos humanos, financeiro e estratégicos certamente proporcionarão fortalecimento do sistema cooperativista, elevarão os padrões sociais das comunidades, gerarão renda, diminuirão desigualdades e, principalmente, trarão qualidade de vida aos indivíduos que constituem o ambiente em que as cooperativas atuam.

O comitê educativo, o conselho consultivo, o conselho de representantes, os núcleos e as comissões consultivas são grupos que reunidos – por localidade, produção ou outra modalidade estabelecida pela cooperativa – refletem e discutem determinada pauta que é enviada pela direção da cooperativa, outros temas de relevância podem surgir nesses momentos além da discussão pré-definida.

Esses encontros são coordenados pelo representante que será responsável por manifestar os apontamentos da reunião aos diretores e, quando for o caso, votar em nome dos associados que representa na assembleia geral, momento definitivo na tomada de decisões. Embora com nomeações distintas, as organizações do quadro social possuem a mesma finalidade de integrar associados e aproximá-los da gestão da cooperativa e, os comitês educativos, núcleos de associados, núcleos centrais são as formas de OQS mais utilizadas pelas cooperativas brasileiras, sobretudo no ramo agropecuário.

O Sistema OCEMG do Estado de Minas Gerais apresenta em seu *site* o Educa OQS, um programa de formação e acompanhamento da organização do quadro social das cooperativas mineiras que permite capacitar, definir e estruturar de uma forma mais adequada o quadro social das sociedades cooperativas,



Para saber mais sobre OCEMG acesse:
<http://www.minasgerais.coop.br/pagina/117/educa-oqs.aspx>

estabelecendo um processo dinâmico, sistemático e permanente de integração entre associados e cooperativas.

O programa foi constituído com base em informações e necessidades das cooperativas do sistema OCEMG com o objetivo de capacitar adequadamente aos cooperados.

No Rio Grande do Sul, a Cooperativa Santa Clara está organizada por núcleos e comitês, sendo que desde 1987 os seus associados estão organizados em núcleos. O evento máximo de decisões da cooperativa, a assembleia geral, consta com a presença do conselho fiscal, o conselho de administração e o conselho de representantes de núcleos. Os 51 núcleos que integram o quadro social realizam uma “pré-assembleia”, cujas definições e pareceres são apresentados na assembleia geral.

Sabemos que a transparência e uma maior intensidade na comunicação com os sócios são ações consideradas importantes para aumentar a participação, a fidelidade e o sentimento de pertencimento dos cooperados. A Organização do Quadro Social (OQS) por meio do processo de nucleação e das miniassembleias auxilia no compartilhamento de informações. No caso do ramo agropecuário, a divulgação de materiais impressos e programas de rádio podem contribuir na interação com os cooperados.

Ferreira (2014) em sua pesquisa identificou que, em se tratando do trabalho de comunicação e educação cooperativa, existe a necessidade de profissionais capacitados para avançarem no processo de compartilhamento de informações. As reuniões de núcleos devem ir além da transmissão de informações, muitas vezes realizadas em um processo quase que unilateral. Destaca-se a importância de propiciar mais momentos para ouvir os sócios e estimular uma participação interativa, de forma a possibilitar uma intensificação dos vínculos entre cooperado e cooperativa.

Assim, destaca-se que os investimentos em educação cooperativa são essenciais para que se possa auxiliar a mitigar os problemas de infidelidade por parte dos cooperados, além dos conhecimentos técnicos que podem ser trabalhados de forma a ajudar na melhoria da eficiência na atividade produtiva dos cooperados.

O autor também menciona que as cooperativas têm desafios pela frente em se tratando de ampliar a participação nos núcleos, já que estes são estratégias centrais para o aumento da transparência e o compartilhamento de

informações. A existência das reuniões e assembleias nos núcleos, bem como os informativos impressos, via rádio e o contato com a assistência técnica são exemplos concretos de meios utilizados para se reduzir a racionalidade limitada nas relações entre cooperado e cooperativa agropecuária. Os desafios são encontrar estratégias para aumentar e qualificar a participação nas instâncias decisórias, bem como utilizar os núcleos como instrumento de educação cooperativa e não somente para a transmissão de informações. E isto demanda investimento, mas é fundamental para que se tenha resultado positivo, no médio e longo prazos, na fidelidade dos cooperados.

No estudo das cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul, Ferreira (2014) constatou que o avanço na democracia e no processo de votação passa pelos núcleos cooperativos. Atualmente, muitas cooperativas possuem nucleação realizada pelo critério da proximidade geográfica, o que leva, por vezes, à realização de miniassembleias com produtores com interesses diversos. Unem-se, em discussão, produtores com focos produtivos diferenciados, o que pode levar a baixo interesse e, conseqüentemente, reduzida participação. A proposta que se apresenta, chamada nucleação objetiva, parte do princípio de se estruturar núcleos em função dos interesses produtivos e, a partir daí, tirar-se-ia os representantes dos segmentos produtivos. O sócio passaria a se interessar e participar mais, pois teria uma pessoa representando os seus interesses objetivos de produção. O voto seria mais consciente e teria mais compromisso. Isto ganha relevância no contexto brasileiro, já que as cooperativas, comumente, trabalham com diversas atividades produtivas.

Por fim, salientamos que, frente aos desafios que o cooperativismo está enfrentando, é necessária uma melhor utilização dos meios de comunicação e dos núcleos. Sabe-se da importância do compartilhamento de informações técnicas, no entanto, é preciso ouvir mais os cooperados, envolve-los mais nas tomadas de decisão bem como trabalhar de forma consistente e dialógica a educação cooperativa. O cooperado precisa compreender profundamente o que é a cooperativa, como ela funciona e o porquê de tudo que acontece. Isto pode ajudar significativamente na redução do oportunismo e na criação de vínculos afetivos com a cooperativa, o que é fundamental para o aumento da fidelidade e da participação dos sócios.

Resumo

Apresentamos, nessa aula, o SESCOOP com a sua estrutura, formação, objetivos, mapa estratégico e algumas ações. O SESCOOP é importante articulador de ações de educação cooperativa em todo o território nacional que através de suas regionais consegue abranger as várias realidades do Brasil e, assim, fomentar o sistema cooperativista.

Já a OQS é outro elemento dos processos de educação cooperativa que quando bem articulado e gerenciado possibilita a maior participação dos associados e o desenvolvimento integral dos associados e demais participantes do sistema cooperativista.



Atividades de aprendizagem

1. Relacione as colunas:

- | | |
|------------------------|--|
| (A) SESCOOP. | () É o momento que os associados debatem e delegam seu voto para seu representante. |
| (B) Quadro social. | () É presidido pelo presidente da OCB. |
| (C) Reunião de núcleo. | () É o grupo de associado de uma cooperativa. |
| | () Atua nacionalmente. |

Referências

BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA EM COOPERATIVISMO E AGRONEGÓCIOS. Universidade Federal de Viçosa, out. 2002.

BISPO, P. **Valorização do capital humano**. 2006. Disponível em: <<http://www.rh.com.br/Portal/Motivacao/Entrevista/4490/valorizacao-do-capital-humano.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BRASIL. Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3017.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CABRAL, G. **Autoconhecimento**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/psicologia/autoconhecimento.htm>>. Acesso em: 20 maio 2015.

CARRION, R. M. A contribuição da gestão social para o desenvolvimento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA, J. T. (Org.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2012. p. 261-272.

FERREIRA, G. M. V. **Governança e sua relação com a fidelidade em cooperativas**. 2014. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

FERREIRA, P. R.; PRESNO AMODEO, N. B. O Sescoop e a criação do campo da educação cooperativista. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5., 2008, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: FEARP/USP, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. 4. ed. Santafé de Bogotá: Taurus, 2003. v. 1 e 2.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. **Co-operative identity, values and principles**. Brussels, 2014. Disponível em: <<http://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

IRION, J. E. O. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: Editora STS, 1997.

MACHADO, G. M. **Consciência coletiva**. 2015. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/consciencia-coletiva>>. Acesso em: 26 maio 2015.

MENDES, M. M.; PASSADOR, C. S. Educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas. In: I ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM COOPERATIVISMO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: OCB, 2010.

MENESES, P. G. de. **Filosofia e tolerância**. Disponível em: <http://www.unicap.br/Pe_Paulo/artigos.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Cooperativismo**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo>. Acesso em: 28 mar. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **DENACOOB**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/345>. Acesso em: 28 mar. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **O Caso da COAGROSOL**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/popup/id/328>. Acesso em: 27 mar. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Principais destinos das exportações cooperativas**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/popup/id/354>. Acesso em: 28 mar. 2015.

REIS, A. A. et al. **A importância do cooperativismo na comercialização de frutas nativas: o caso Coopercuc**. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/818/559>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SANTOS, B. de S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, p. 11-32, jun. 1997.

SANTOS, F. E. G. **Organização do quadro social nas cooperativas**. Belo Horizonte: SESCOOP/MG, 2010.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia-participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: SESCOOP, 2003. p. 13-58.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. In: **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa**. São Leopoldo, v. 1, n. 1, jul./dez. 2006.

SESCOOP. **Manual de recolhimento**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/sescoop/Arquivos/Manual_Recolhimento_WEB.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SICREDI PIONEIRA. **Informativo**. Nova Petrópolis, RS. 06 mar. 2011.

Currículo do professor-autor



Gabriel Murad Velloso Ferreira é graduado em Administração (habilitação em Empresas Rurais e Cooperativas) pela Universidade Federal de Lavras (UFLA-MG), mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É professor nas áreas de Cooperativismo e Administração no Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria.



Daniela Fonseca da Silva é licenciada em Letras Português-Inglês e Tecnóloga em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).